



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000170-31.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 4ª Vara Criminal do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital

JUIZ DESIGNADO: Dr. Felipe Bertrand Sardenberg Moulin

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

4ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE SERRA/ES – COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **4ª Vara Criminal do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 042/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 06/06/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **4ª Vara Criminal do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

Juiz	Vínculo	Ato
Felipe Bertrand Sardenberg		

Renée Bertina Sarchenberg Moulin	Designado	Ofício DM nº 2581/21 - 29/12/2021
----------------------------------	-----------	-----------------------------------

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 29/08/2022)

Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Ingrid Assad Antunes	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria - Ato nº 652/16 - 12/05/2016
Ramon Harckbart Carvalho	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Sara Adriana Rocha Barbalho	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Julia Poltronieri Pinto	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 29/08/2022)


Servidores à disposição de outras Unidades

Servidor (a)	Cargo	Observação
Fabício Paiva Charpinel	Analista Judiciário 01 - QS - Escrevente Juramentado	Respondendo como Chefe de Secretaria Substituto da 2ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Serra/ES

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 29/08/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 4ª Vara Criminal do Juízo de Serra. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Entretanto, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça¹, a lotação paradigma para a Unidade é de 03 (três) servidores, vejamos:

TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO								
 TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Graus do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de janeiro de 2022								
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO								
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO
1	C - CRIMINAL	4ª VARA CRIMINAL	ES	SERRA	3	3	0	1

1 Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf . Consulta realizada em 29/08/2022.

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	1.118	93
Janeiro a dezembro de 2021	1.158	97

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 29/08/2022)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	5.117
2021	4.521

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 29/08/2022)

Acervo atual

	Agosto 2022
Total	4.135
Suspensos ou sobrestado	502
Arquivados provisoriamente	0
Tramitação ajustada	3.633

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos conclusos	1.398	1.521
Conclusos para sentença há mais de 100 dias	447	489
Conclusos para decisão há mais de 100 dias	11	87
Conclusos para despacho há mais de 100 dias	12	174
Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 29/08/2022)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	650	773
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	517	633

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 29/08/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	3	3
Processos sem assunto	3	3

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 29/08/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	540	524

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 29/08/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	45	23

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 29/08/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	35	44

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 29/08/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	291	294

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 29/08/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	18	47

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 29/08/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
119,7%	Meta cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
68,8%	Meta não cumprida

Meta 4 CNJ/2021 (Improbidade Administrativa)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: 70% das ações de improbidade administrativa

e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Percentual obtido	Resultado
79,9%	Meta não cumprida

Meta 8 CNJ/2021 (Foco: Feminicídio e Violência Doméstica)

Identificar e julgar, até 31/12/2021: 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

Percentual obtido	Resultado
66,7%	Meta não cumprida

Meta 12 CNJ/2021 (Foco: Ações Ambientais)

Identificar e: Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2020.

Percentual obtido	Resultado
114,3%	Meta cumprida

(Fonte:Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 08/06/2022, revelou a existência de **1.398 (mil, trezentos e noventa e oito)** processos em gabinete para análise do Magistrado, havendo o registro de **470 (quatrocentos e setenta)** processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 29/08/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve um aumento (**1.521 processos**) e o quantitativo de processos **com registro de excesso de prazo de conclusão aumentou para 750 (setecentos e cinquenta) feitos**.

No que se refere à designação de audiências, verifica-se que das **773 (setecentos e setenta e três)** audiências designadas, **633 (seiscentas e trinta e três)** encontram-se acima do prazo regulamentar, algumas já provisionadas para o mês de **maio de 2024**.

Em suas informações, o MM. Juiz esclareceu que devido à pandemia da Covid-19, não foi possível a realização de diversos atos, o que prejudicou o cumprimento das determinações. Registrou, ainda, que as audiências designadas para mais de 4 meses tratam-se, em sua maioria, de processos de réus soltos, bem como que o Juízo está empreendendo esforços para que a situação seja normalizada.

Diante da situação apresentada, mostra-se necessário que o Juízo estabeleça, com urgência, um plano de trabalho visando equacionar o acervo de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias e de audiências designadas com prazo excessivo.

Assim, deverá o Juiz titular elaborar um **plano de trabalho** com vistas a:

- promover a triagem e classificação dos processos submetidos à conclusão, de modo que se possa identificar a complexidade dos atos judiciais a serem proferidos, viabilizando a divisão de trabalho entre a assessoria;
- julgar/impulsionar todos os processos **paralisados há mais de 100 dias** no gabinete.
- readequar a pauta de audiências visando reduzir o tempo entre a designação e a realização das referidas.

O documento deverá desenvolver um **cronograma** com metas de produtividade semanais a serem alcançadas pela assessoria e provisionar o tempo necessário para a regularização dos processos.

Por fim, em consulta à relação de presos provisórios, foram detectados 03 (três) processos com data de revisão vencida, os quais deverão ser prontamente reavaliados e lançados no sistema.

7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, não foi possível verificar melhora significativa quanto às pendências verificadas. Em algumas situações, inclusive, o quantitativo de pendências aumentou.

Com relação aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, o MM. Juiz informou que muitos referem-se a feitos aguardando a realização de audiência ou que estão em carga às Delegacias de Polícia.

Contudo, compulsando a listagem atualizada de processos sem movimentação, verifica-se que, conforme o último movimento processual lançado, muitos encontram-se efetivamente paralisados em cartório, como é o caso dos processos 0000246-09.2007.8.08.0048, 0008735-54.2015.8.08.0048, 0033135-78.2013.8.08.0024 e 0020706-41.2012.8.08.0048 que estão sem qualquer movimentação há mais de 04 (quatro) anos.

Desse modo, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

No que se refere aos processos em carga externa por prazo excessivo, o Magistrado registrou que se tratam de autos em carga para o Ministério Público, Defensoria Pública, advogados e principalmente, às Delegacias de Polícia. Quantos aos últimos, determinou à secretaria que proceda a cobrança para devolução dos Inquéritos no prazo de 30 (trinta) dias. Já com relação aos demais, determinou à secretaria que relacione, no prazo de 90 (noventa) dias, todos os processos em carga externa e proceda a intimação para devolução no prazo legal, sob pena de busca e apreensão.

Sendo assim, não obstante as determinações já traçadas pelo MM. Juiz, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, compulsando a listagem atualizada, extraída em 29/08/2022, infere-se que 47 (quarenta e sete) mandados permanecem sem devolução.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XIX, do artigo 439 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

Outra situação verificada refere-se à quantidade de processos **sem migração de classe e sem classificação de assunto** que permanecem sem a devida correção, conforme a Taxonomia CNJ. Neste ponto, deve a Secretaria providenciar imediatamente a regularização da pendência quanto aos processos que se encontram na Unidade e, com relação aos processos em carga, deve regularizá-los assim que forem recebidos.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 Ao Juiz Designado

EVENTO	DETERMINAÇÃO
--------	--------------

Situação da unidade judiciária	<p><u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;</p> <p><u>Adote</u>, doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;</p>
Processos conclusos há mais de 100 dias e audiências designadas para mais de 4 meses	<p><u>Apresente</u> um plano de trabalho, no prazo de 30 (trinta) dias, com vistas a:</p> <p>a) promover a triagem e classificação dos processos submetidos à conclusão, de modo que se possa identificar a complexidade dos atos judiciais a serem proferidos, viabilizando a divisão de trabalho entre a assessoria;</p> <p>b) julgar/impulsionar todos os processos paralisados há mais de 100 dias no gabinete.</p> <p>c) readequar a pauta de audiências visando reduzir o tempo entre a designação e a realização das referidas.</p> <p>O documento deverá desenvolver um cronograma com metas de produtividade semanais a serem alcançadas pela assessoria e provisionar o tempo necessário para a regularização dos processos;</p>
Metas Nacionais CNJ	<p><u>Monitore</u>, semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento;</p>
Presos Provisórios	<p><u>Reavalie</u>, as medidas restritivas de liberdade vencidas, constantes do relatório de presos provisórios.</p> <p><u>Monitore</u>, regularmente, os processos em que decretada a prisão preventiva e promova sua revisão a cada 90 (noventa) dias, declinando fundamentos relevantes para a manutenção da segregação, sob pena de tornar ilegal a prisão.</p>

8.2. À Chefe de Secretaria

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Juntada de petições	<p><u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><u>Observe</u>, doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;</p>
Mandados expedidos	<p><u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos <i>mandados judiciais expedidos</i>, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XIX, do artigo 439 do Código de Normas;</p>

Processos em carga externa	<p><u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><u>Adote</u>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;</p>
Cartas precatórias	<p><u>Observe</u>, no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXII, do artigo 439 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u>; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante;</p>
Taxonomia CNJ	<p><u>Regularize</u> os processos do acervo da Secretaria que se encontram com incorreção no cadastramento dos assuntos processuais, solicitando auxílio da Secretaria de Tecnologia da Informação no que necessário, em cumprimento ao disposto no art. 413, II, "b" do Código de Normas Judicial (Tomo I);</p> <p><u>Monitore</u> a correta alimentação do sistema informatizado, visando prevenir a existência de dados desatualizados e/ou equivocados, o que gera prejuízos no exame da situação processual da unidade judiciária.</p>

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. Ao Juiz Designado

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<p><u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;</p>
Processos físicos	<p><u>Utilize</u> os atos <i>judiciais</i> <i>dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i>, evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.</p>

9.2. À Chefe de Secretaria

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Juntada de petições	<u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85);
Processos em carga	<u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual.
Processos aptos ao arquivamento	<u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **4ª Vara Criminal do Juízo de Serra/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações à Sra. Chefe de Secretaria para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz Designado por sua vez, foi determinado que apresente um plano de trabalho visando: a) promover a triagem e classificação dos processos submetidos à conclusão, de modo que se possa identificar a complexidade dos atos judiciais a serem proferidos, viabilizando a divisão de trabalho entre a assessoria; b) julgar/impulsionar todos os processos paralisados há mais de 100 dias no gabinete e; c) readequar a pauta de audiências visando reduzir o tempo entre a designação e a realização das referidas.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 29 de agosto de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 13/09/2022, às 15:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1294271** e o código CRC **12C83E7E**.
